

ARTIGOS

Hemerson Luiz Pase^IEverton Santos^{II}Ana Paula Patella^{III}

Estado e cultura política no Sul do Brasil

State and political culture in the South of the Brazil



RESUMO:


O objetivo deste texto é discutir a relação entre a ação do Estado e a cultura política. Nossa hipótese, polêmica e provocativa, afirma que no Brasil a ocupação territorial e econômica bem como a constituição da sociedade e do sistema político dá origem a uma cultura política de subserviência que, por sua vez, desestimula a participação cidadã para que demande suas preferências, fiscalizando o Estado ou constituindo a agenda das políticas públicas. A cultura política subserviente estimula uma passividade e esperança da concessão de alguma benesse (política pública) por parte de um governante. Para tanto utilizaremos o marco teórico da cultura política e recorreremos metodologicamente à revisão histórica do caso do Rio Grande do Sul, desde o período colonial, além de informações coletadas em pesquisas empíricas realizados no RS bem como dados oferecidos pelo Latinobarômetro para a América Latina.


ABSTRACT:


The objective of this text is to discuss the relationship between State action and political culture. Our hypothesis, controversial and provocative, states that in Brazil the territorial and economic occupation as well as the constitution of society and the political system give rise to a political culture of subservience which, in turn, discourages citizen participation to demand their preferences, monitoring the State or constituting the public policy agenda. The subservient political culture encourages passivity and hope that a ruler will grant some benefit (public policy). To this end, we will use the theoretical framework of political culture and methodologically resort to the historical review of the case of Rio Grande do Sul, since the colonial period, in addition to information collected in empirical research carried out in RS as well as data offered by the Latinobarometer for Latin America.

Palavras-chave: Políticas públicas; Cidadania; Clientelismo; Patrimonialismo

Keywords: Public policies; Citizenship; Clientelism; Paternalism

^I Doutor em Ciência Política, Pesquisador, Professor, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil. hemerson.pase@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-3322-3003>

^{II} Doutor em Ciência Política, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil. evertons@feevale.br,  <https://orcid.org/0000-0002-6270-3196>

^{III} Doutoranda em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. anapaulapatella@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-9498-560X>

INTRODUÇÃO

As dimensões subjetivas dos fenômenos políticos consideradas para explicar questões relacionadas a estabilidade e consolidação institucional da democracia inserem-se na teoria da cultura política, cuja abordagem afirma que as crenças, normas, valores e atitudes constituem disposições a cerca da política e, por sua vez, influem no coportamento político. Essa abordagem estimulou cientistas políticos a relacionarem a cultura política ao regime democrático.

Nesse sentido, a história da América Latina revela o desencontro de duas civilizações e culturas onde os descobridores, impulsionam um processo de conquista, exploração e exclusão em relação à população indígena e, também, em relação ao território, cuja ocupação estava vinculada diretamente à possibilidade de criar, garantir ou ampliar ganhos econômicos de forma bastante concentrada o que foi viabilizado por uma estrutura política específica, baseado num Estado autoritário.

O objetivo deste texto é discutir a relação entre a ação do Estado e a cultura política. A hipótese discutida aqui afirma que no caso do Brasil e América Latina a ocupação territorial e econômica bem como a constituição da sociedade e do sistema político origina uma cultura política

de subserviência que, por sua vez, desestimula a participação cidadã no sistema político demandando suas preferências, fiscalizando o Estado ou constituindo a agenda das políticas públicas. A cultura política subserviente estimula a passividade e, de outro lado, a esperança da obtenção de concessões ou benesses (políticas públicas) por parte do Estado.

Para esse intento utiliza-se o marco teórico e metodológico da cultura política articulando-o a revisão histórica do Rio Grande do Sul, desde o período colonial. Além disso, trabalham-se informações coletadas em pesquisas empíricas realizadas no Rio Grande do Sul, bem como dados oferecidos pelo Latinobarômetro para a América Latina e Brasil.

Na primeira parte do texto apresenta-se a abordagem teórica da cultura política a partir de seus fundadores Almond & Verba, incorporando o trabalho de Putnam que o relaciona diretamente ao desempenho institucional do Estado. Na segunda parte faz-se uma revisão histórica da ocupação territorial, econômica, constituição social e a formação do sistema político do Rio Grande do Sul para ilustrar aquele ocorrido no Brasil e na América Latina. Na parte final articula-se os dados empíricos discutindo a disposição política dos cidadãos, bem como a constituição da cultura política latino-americana e brasileira.

A CULTURA POLÍTICA

As dimensões subjetivas dos fenômenos políticos consideradas para explicar questões relacionadas a estabilidade, eficácia institucional e consolidação da democracia inserem-se na abordagem da cultura política, cuja primeira iniciativa de formulação foi realizada por Almond & Verba (1963) que afirmam que as crenças, normas, valores e atitudes são explicativos do comportamento político. Essa iniciativa ocorreu através da comparação de cinco nações (EUA, Inglaterra, México, Itália e Alemanha) identificando a adequação entre as variáveis subjetivas e o sistema político. Este trabalho foi bastante criticado a partir de várias perspectivas destacando-se a acusação de etnocentrismo e da pressuposta homogeneidade da cultura política em cada sociedade. Essas críticas animaram os autores a retomarem e redefinirem o conceito em obra mais recente (ALMOND & VERBA, 1989).

Essa abordagem estimulou cientistas políticos e sociólogos brasileiros a relacionarem a cultura política nacional ao fortalecimento do regime democrático, ‘... nem sempre chegando a conclusões semelhantes.’ (FUKS, PERISSINOTTO & RIBEIRO, 2003. P. 125). Alguns autores creem na permanência, e outros, na mudança, de padrões de comportamento político favoráveis ao desenvolvimento democrático.

Nesta perspectiva, insere-se o debate a cerca do capital social como uma categoria interpretativa para o desempenho institucional, a consolidação democrática e o desenvolvimento. Este conceito ganha importância a partir do trabalho de Robert Putnam, “Comunidade e Democracia” (2000), cuja preocupação é compreender como os governos democráticos podem funcionar de maneira satisfatória. Uma das questões centrais que o autor investiga é por que alguns governos democráticos tem um bom desempenho institucional e outros não? O que determina o bom desempenho das instituições políticas? As instituições podem mudar a prática dos governos? O desempenho dos governos depende da cultura política de seus cidadãos? Perseguindo estas questões, o autor analisa vinte anos da história política da Itália estudando os 20 governos regionais criadas na década de 1970, identificando grande distinção regional entre o Norte e o Sul do país. De uma região a outra se vai da modernidade capitalista industrial em alguns casos pós-industrial, no Norte, ao Sul tradicionalmente agrícola. Como explicar esta diferença?

As tradições cívicas produzem capital social que está ligado à idéia de um bem comunitário (Putnam, 2000), ou seja, práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como,

sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Nessa conceituação, quanto maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, para além de seus familiares, superando o “familismo amoral” (BANFILD, 1978), assim como maior e mais rica for o número de possibilidades associativas, maior será o volume de capital social. Assim, a confiança é a expectativa que nasce no meio de uma comunidade de comportamento estável e cooperativo, baseado em normas compartilhadas por estes mesmos membros (Fukuyama, 1996). [A questão central para Putnam (2000) é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a Sociedade são elementos positivos e essenciais para o bom funcionamento das instituições políticas¹. Ou seja, ele toma da cultura política, a variável civismo, como uma variável independente e o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional como variáveis dependentes. A favor dessa direção causal o autor demonstra que as regiões mais cívicas da Itália (o Norte), não começaram sendo mais ricas e nem sempre foram mais ricas, pelo contrário, permaneceram mais cívicas desde o século XI e precisamente foi isso que levou ao desenvolvimento econômico e não o contrário (PUTNAM, 2000).

Assim, o autor argumenta que se formaram dois sistemas sociais equilibrados na Itália, no

Norte, de comunidade cívica, um equilíbrio virtuoso, marcado pela cooperação, confiança e reciprocidade. No Sul não cívico, um equilíbrio vicioso marcado pela deserção, desconfiança, omissão, exploração. Além disso, esses equilíbrios estão “subordinados a trajetória”.

É a partir dessa reflexão que o autor afirma que tanto os Estados Unidos da América quanto os países da América Latina coincidem no fato de receberem heranças culturais significativas, no entanto, distingue-se, pois, os norte-americanos foram beneficiados pelas tradições inglesas de descentralização, enquanto os latino-americanos foram prejudicados pelo autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que haviam herdado da Espanha e de Portugal medievais. Os latino-americanos herdaram tradições de dependência vertical, ao passo que os americanos herdaram tradições cívicas horizontais e isto fez toda a diferença.

Quando instigados a explicar os determinantes da cultura política, Almond & Verba, tanto quanto Putnam, atribuem peso exponencial a tradição e a história da configuração territorial, econômica e política das sociedades. Essa articulação metodológica possibilitará a Putnam lançar mão de um conceito do neoinstitucionalismo histórico para explicar o peso da história: o de *path dependend* ou, dependência de trajetória. O argumento principal de Putnam diz que sociedade ten-

dem a seguir pelo caminho de onde vieram, embora isso não seja absolutamente imutável. Mesmo com essa ressalva o autor será muito criticado pelo seu determinismo histórico (REIS, 2003).

É este o sentido de considerar as dimensões subjetivas dos fenômenos políticos para interpretar a formação histórica da sociedade gaúcha. É indiscutível a importância de analisar o histórico de constituição da cultura política e sua relação com a ação do Estado, bem como desse em relação a consolidação de determinados padrões de comportamento político que definirão o desempenho institucional, a consolidação democrática e ao desenvolvimento.

Se é verdade que, conforme afirmam Almond & Verba (1989), a América Latina, e o Brasil em particular, constituiu-se baseada em relações de dependência verticalizadas, então isso faz diferença para a constituição da cultura política e do Estado, bem como para suas interrelações. É o que buscamos entender na próxima seção.

O RIO GRANDE DO SUL

A história do Brasil revela o desencontro de duas civilizações e culturas onde os descobridores, impulsionam um processo de conquista, ocupação, exploração e exclusão em relação à população indígena e, também, em relação ao território, cuja ocupação estava vinculada diretamente à possi-

bilidade de criar, garantir ou ampliar ganhos econômicos.

De forma congruente, a ocupação territorial e econômica do Rio Grande do Sul é impulsionada por quatro movimentos, dos quais três foram externos, cujos objetivos eram povoar as fronteiras, garantir o território e implantar uma economia familiar com capacidade de abastecer as regiões exportadoras com produtos de consumo interno. Segundo Gehlen & Melo, desenvolveram-se quatro correntes:

A primeira, mais antiga, formou-se no próprio território, constituindo o que ficou conhecido como Missões, ou missioneira, e teve seu ápice no século XVIII... A Segunda atingiu a campanha ou pampa, no sul-sudoeste, correspondendo a quase metade do território do estado... A terceira corrente, composta por açorianos, atingiu entre 1748 e 1772 o litoral e parte das terras já povoadas, próximas a Porto Alegre e, em direção ao centro do estado, a Rio Pardo....encontrando-se na mão-de-obra excluída pela seleção da força de trabalho resultante da industrialização em alguns países da Europa. Iniciou-se, assim, logo após a Independência, o quarto fluxo ocupatório, composto por imigrantes de economia familiar daqueles países (GEHLEN & MELO, 1997, p. 100).

A corrente missioneira foi marcada pela missigenação entre os indígenas e europeus sob a tutela dos jesuítas, cuja relação propiciou a formação de mão-de-obra subserviente e o desenvolvimento da criação de gado. Os açorianos implantam a cultura do trigo, no entanto se destacam na produção de artesanato, no comércio e na formação de núcleos urbanos.

A campanha foi ocupada por militares de todas as patentes, cuja função original era construir uma barreira militar para garantir a fronteira do território nacional, e por portugueses aventureiros em busca de fortuna que desenvolveram a criação de gado e muares e mais tarde ovinos e a indústria de charque.

No século XVII Portugal procura manter o controle sobre o processo de ocupação do território sulino através da doação de terras (sesmarias) e do incentivo à vinda de imigrantes europeus. A doação de sesmarias a tropeiros e militares tinha o objetivo de povoar a província e garantir as fronteiras, no entanto, possibilitou também a criação extensiva de gado, além de favorecer o desenvolvimento da grande propriedade latifundiária. Essa matriz ocupacional determina o tamanho das propriedades cuja distribuição ocorre, principalmente durante o Império e a Primeira República, de forma clientelista com os governantes de plantão aos coronéis ou mandões locais que, invariavelmente, são os comandantes do exército imperial.

Segundo Prado Junior (1994), as políticas do Império para o Sul do Brasil produziram um modelo de ocupação social e econômica complementar à colonial exportadora baseada na grande propriedade, e na produção de matérias primas e gêneros tropicais para exportação materializados nos ciclos econômicos do ouro, da cana-de-açúcar e do café. A região Sul foi encarregada da produção de alimentos para garantir a subsistência daquelas que se dedicavam exclusivamente à exportação, além da manutenção das fronteiras do território nacional, não é mera coincidência o grande contingente do Exército Brasileiro fixado em Quartéis ao longo da fronteira brasileira na divisa com a Argentina e o Uruguai. A ocupação do território do Rio Grande do Sul esteve vinculada à necessidade de Portugal consolidar seu domínio sobre as terras localizadas entre a Vila de Laguna (construída em 1714), onde hoje se localiza o Estado de Santa Catarina, e a Colônia de Sacramento (fundada em 1680), atual República do Uruguai, assegurando esse ponto extremo às margens do Rio da Prata, estratégico para os interesses bélicos e econômicos do domínio português.

A indústria pecuária explorava o trabalho escravo e tinha caráter mercantil, embora não tivesse papel predominante na produção de riqueza. A imigração européia, organizada em minifúndios, possibilitará o desenvolvimento de uma economia agrícola com capacidade de produzir ali-

mentos para o abastecimento dos mercados local e regional.

A composição heterogênea da sociedade que emergiu durante o período imperial, juntamente com o caráter de Estado político militar, possibilitou o desenvolvimento de atividades econômicas autônomas, a pecuária (estancieiros, charqueadores e escravos) e a agricultura (pequenos agricultores e comerciantes). Esta situação deu origem a dois tipos de sociedade: uma 'mais hierarquizada', composta por latifundiários peões e escravos; outra "mais igualitária" constituída por pequenos proprietários de origem europeia (SINGER, 1977). Possibilitou também a emergência de uma classe social (econômica e política) dominante, materializada pelo latifundiário estancieiro que desempenhava o papel de patrão, marido, pai, proprietário, dono e, principalmente, chefe militar. O latifundiário é o dono da grande propriedade de terra, tem acesso às políticas do Estado e participa politicamente votando e influenciando os processos eleitorais, além de compor majoritariamente a elite política estadual, pelo menos até meados do século XX. De outro lado, o peão trabalha nas lides do gado e/ou cultiva a roça das propriedades, sua submissão econômica e política é praticamente absoluta

Para Baquero & Prá (1995) a sociedade gaúcha é segmentada socialmente entre estancieiros, de um lado, e colonos, imigrantes,

peões, posseiros, agregados e índios, de outro. A sociedade agrícola do Norte contribui com o crescimento econômico, enquanto a sociedade pecuária do Sul trata da gestão política do Estado, cuja dicotomia possibilita que a economia regional se caracterize como dependente e periférica voltada para a expansão das atividades agropecuárias vinculadas às atividades fabris e exportadoras do Sudeste brasileiro. Deste mesmo prisma Alonso & Bandeira demonstram

(...) o quadro que viria a se tornar uma das características da futura configuração espacial da economia gaúcha: um norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada. (ALONSO & BANDEIRA, 1990, p. 74).

A ocupação do Norte do Estado pela colonização familiar inicia em 1824 com imigrantes alemães, seguidos pelos italianos em 1875. Outros grupos étnicos, embora em menor número, também se instalam nas áreas de mata do Rio Grande do Sul, entre eles: poloneses, austríacos, letos, húngaros e franceses.

Entre 1849 e 1890 entram 92.300 imigrantes no Rio Grande do Sul, que formaram as 'Colônias Velhas Italianas' (1875 – 1890). Ao final do império, toda região 'ao redor' do Planalto estava praticamente ocupada.

(GRZYBOWSKI, 1979, p. 234 e 237).

Os alemães ocupavam as várzeas dos rios que compõe a bacia do Guaíba, enquanto os italianos as escarpas do planalto (na chamada região da Serra Gaúcha) em sua porção Centro-Nordeste. O tamanho do lote varia de 77 hectares, até 1851, a 25 hectares no final do século XIX, a partir do momento em que os lotes rurais, que antes eram doados, passam a ser vendidos. Isso ocorre como reflexo da Lei de Terras de 1850 que alça a terra à condição.

A ocupação da região de matas, pelos imigrantes italianos e seus descendentes, acontece em duas etapas. A primeira ocorre na região Centro-Nordeste do Estado, com núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade, são as chamadas colônias velhas. A segunda ocorre no Norte do Estado, no vale do rio Ijuí e região do Alto Uruguai, com início em 1890, chamada de colônias novas. O processo de ocupação da área de mata no Rio Grande do Sul apresenta características determinantes do desenvolvimento de toda esta região. São elas:

- a) a pequena propriedade que, com as partilhas por herança, deu origem ao mini-fúndio; b) a prática da policultura com cultivo de relativa variedade de produtos e a criação de animais, (suínos, bovinos e aves) destinados ao abastecimento da

família e à produção de excedentes para a comercialização; c) a utilização dos recursos naturais, ou seja, da fertilidade natural do solo, e o uso da mão-de-obra dos membros da família (BRUM, 1985, p. 37).

A participação dos imigrantes europeus na economia do RS é inegável. Em 1825 começam a chegar os alemães que sobreviveram sem muito apoio do governo e a partir de 1840, no final da Revolução Farroupilha, os alemães diversificam sua produção de tal forma que conseguem abastecer a capital da província com alimentos.

Em 1870 a agricultura comercial alemã já abastecia o centro do país, suprimindo o mercado interno produzido pela cafeicultura. As condições de comercialização eram desfavoráveis, pois ficam sujeitas a um rígido controle de preços imposto pelos cafeicultores que buscam baixar o custo de reprodução da força de trabalho. Isso significa que o lucro dos agricultores gaúchos era baixo, para diminuir o custo de produção dos cafezais, possibilitando a concorrência externa e garantindo as taxas de lucro dos grandes produtores de café do Sudeste brasileiro.

A introdução da mão de obra assalariada nos cafezais paulistas impulsiona, novamente, a capitalização da elite gaúcha. O RS abastece dois mercados distintos: o dos escravos com o charque e dos imigrantes italianos com os produtos da zona

colonial do Estado, cujo desenvolvimento promoveu a acumulação de capital entre os comerciantes. Os alemães se ocupavam das atividades comerciais decorrentes do processo de plantação até a comercialização. Segundo Roche (1969, apud BAQUERO & PRA, 1995) os alemães eram os “vendistas” que por meio do escambo reuniam os excedentes da produção de subsistência dos colonos trocando-os, por artigos importados, com os exportadores e importadores sediados em Porto Alegre. Não obstante, os alemães permanecem aliados do processo político.

Segundo Pesavento (1980) somente em 1881, com a promulgação da lei Saraiva, concessão de direito de votar e ser votado a estrangeiros, é que os imigrantes ricos da colônia passam a atuar na política. Entre os colonos alemães são os enriquecidos, chamados “vendistas”, aqueles que conseguem atuar na política, embora com participação limitada a estabelecer a ligação clientelista entre a massa de pequenos proprietários e a oligarquia pecuarista.

Os primeiros imigrantes italianos chegam ao Rio Grande do Sul em 1875, oriundos do Norte da Itália, região mais atingida pela crise econômica da unificação italiana, e encontram uma policultura e uma rede comercial monopolizada pelos alemães, recebendo propriedades menores na encosta da serra e de difícil acesso, cujas limitações os impelem a dedicar-se a cultura do vinho. Vivem

isolados dos gaúchos falando sua língua e vivendo seus costumes e tradições.

A colonização italiana expandiu-se rapidamente em termos geográficos na busca de mais terras férteis, pois o sistema de cultivo baseado na derrubada da mata e queima, esgotava rapidamente o solo. Além disso, as famílias cresciam rapidamente em termos numéricos e, portanto, necessitavam de mais área para sua reprodução, principalmente quando os filhos começavam a se casar. Esse deslocamento possibilitou a rápida ocupação da maior parte do Norte do RS.

Os colonos europeus desempenharam papel determinante na ocupação territorial, bem como no desenvolvimento da economia do Norte do Estado, e na criação de uma sociedade distinta daquela do Sul criada pelos pecuaristas.

Para Baquero & Prá, a pequena propriedade, ao lado de uma agricultura diversificada e da comercialização do excedente produzido, promoveu uma maior distribuição de renda e a criação de uma rede urbana formada por pequenos centros próximos entre si, em contraste com o regime da grande propriedade latifundiária e de concentração de rendas do Sul, que congregava um número reduzido de assalariados com pouca renda.

(...) os colonos europeus tiveram um papel preponderante não só em termos de ocupação do solo, mas também, na dina-

mização da economia do norte do Estado e, em especial, para a criação de uma sociedade bem distinta daquela estabelecida no sul pelos pecuaristas. (BAQUERO & PRA, 1995, p.20)

Enquanto os pequenos agricultores contribuíram para o crescimento econômico do Estado, os setores ligados à pecuária se encarregaram de geri-lo politicamente. Isso demonstra a dificuldade encontrada pelos grupos que emergem do processo de transformação econômica da sociedade gaúcha, de capitalizar esta situação politicamente, evidencia-se uma sociedade dicotomizada por estancieiros, de um lado, e colonos, imigrantes, peões, posseiros e agregados, de outro.

A estrutura econômica e política montada em função da relação periférica e dependente com o centro do país, bem como a partir da militarização da sociedade riograndense, aliada a identificação do latifundiário estancieiro como representante típico do gaúcho do “pampa” brasileiro, constituíram uma sociedade excludente, cujos espaços de participação política, social e econômica disponíveis mostravam-se bastante limitados. As relações políticas entre os tipos típicos da sociedade gaúcha não supera a condição clientelista em relação ao senhor de terras, cujas características marcantes são o patrimonialismo e o patriarcalismo (URICOECHEA, 1978; HOLANDA, 1995; DAMAT-

TA; 1993; FAORO, 1997).

O clientelismo é uma relação de poder verticalizada cuja característica essencial é a troca de favores desde o nível micro, na relação entre o líder local e os cidadãos comuns, passando pela relação entre aquele e o líder regional e / ou estadual e, por fim, chegando a influenciar na correlação de forças nacionais. Sua origem ocorre na Primeira República onde a capacidade de eleição de um candidato a cargo público estava diretamente relacionada a sua capacidade de prestar favores (nomeação para cargos públicos, liberação de verbas, concessão de obras, títulos de posse de terras, e outros) para os seus correligionários locais e / ou regionais que, por sua vez, eram líderes, coronéis e / ou mandões, que garantiam seu poderio trocando favores (proteção, permissão de trabalhar como agregado, trabalho assalariado ou serviços públicos) por lealdade, materializada por trabalho na grande propriedade, por serviços militares e, principalmente, por votos, cujo destino obedece à sua ordem.

Segundo Queiroz (1975) no Nordeste se afirmava o alcance do poder de um coronel através da frase: “... fulano é gente do coronel cicrano...”, o que demonstra o nível de subordinação dos clientes e da relação patriarcal com o mandão local. O patriarcalismo é “... um todo indivisível, cujos membros se acham associados uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por inter-

esses e idéias” (HOLANDA, 1995, p. 79). Para Queiroz o elemento determinante do poder impetrado pela relação patriarcal é garantido pelo papel desempenhado pela família.

A família tinha, pois, no centro, o casal branco e seus filhos legítimos, e uma periferia mal delineada de escravos, agregados, afilhados, na qual se incluíam as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos. O casamento era questão de grande importância; os pais escolhiam cuidadosamente as alianças ou para reforçar os laços de parentesco e resguardar a propriedade de mãos estranhas – uniões com primos, tios, etc – ou para aumentar poder e prestígio, indo se unir a outras famílias de particular nomeada ou fortuna... O brasileiro típico, o “homem bom”, era o homem da família, do seu grupo familiar, de sua aldeia. (QUEIROZ, 1975, p. 45).

Além dessas, somam-se as pessoas que se mantêm como clientes do coronel, cujas relações desenvolvem-se diretamente no interior da fazenda e / ou incorporam, inclusive, algumas vilas. O indivíduo que não fosse integrado a uma família dificilmente prosperava e não conseguiria ocupar cargo público.

A sociedade gaúcha pode ser vista como um reflexo de sua base material, ou seja, da economia pecuária e da militarização, obstaculizando qualquer possibilidade de participação política aos

colonos imigrantes, mas também aos peões, posseiros e agregados, em razão de sua total dependência dos estancieiros. Essa barreira à participação do processo político, aliada a leis e instituições excludentes, fortalece o insulamento das camadas dominantes. Mesmo após a independência esse quadro não se alterou.

O imigrante e seus descendentes começam a romper a condição clientelista em relação aos líderes locais e regionais somente na segunda metade do século XX quando ocorre o advento da primeira experiência democrática moderna do país entre os anos de 1945 e 1964.

Para os críticos da “democracia sulina”² boa parte dos problemas que a economia gaúcha enfrentou no curso de seu desenvolvimento pode ser relacionada à proteção dispensada pelas elites políticas locais a um tipo de economia (pecuária), cuja incapacidade comercial e concorrencial se mostrara evidente desde o momento de sua introdução. De outro lado, analistas conservadores³, também notaram que o colono restringia suas atividades ao mundo do trabalho, o estancieiro e seus filhos viam no acesso à política e na obtenção do título de doutor a forma adequada para garantir seu conforto e seu “status social”. Enquanto para o colono o aumento do número de filhos significava mais braços para a lavoura, para o fazendeiro a diminuição do número de filhos representava uma garantia da continuidade do

latifúndio.

A característica fundamental do sistema político brasileiro, durante o período colonial, é a centralização do Estado e seu caráter absolutista. O avanço das ideais liberais, que começam a se expressar tardiamente no Brasil, mais especificamente em fins de século XIX, se concretiza com o movimento republicano, reforçado pela ideologia capitalista e pelo positivismo o que, de certa forma, se refletiu no processo que levou à abolição da escravatura em 1888 e à queda da monarquia em 1889. No Rio Grande do Sul ocorre uma situação peculiar, o Partido Liberal defenderá a monarquia, exigindo apenas algumas reformas liberalizantes. A república somente será um ideal consolidado no RS a partir da fundação do Partido Republicano Riograndense - PRR, em 1882, que, no entanto, quando chega ao poder adota uma postura conservadora e autoritária, abandonando a cartilha liberal democrática.

A “República Velha” assistirá a sedimentação de um duplo mecanismo de poder: o formal, que se expressa através da autonomia dos Estados e das oligarquias regionais, e o real, que revela a constante presença dos militares na burocracia da vida política nacional. As administrações estaduais passam a refletir o caráter das alianças oligárquicas regionais.

A afirmação política do PRR é empreendida por Júlio de Castilhos através de um forte e cen-

tralizado controle do Estado e do partido, organizado a partir de núcleos municipais com hierarquia militar, com apoio das lideranças locais: os “coronéis burocratas” (LOVE, 1975). Para tanto, Castilhos desenvolve um forte controle da máquina administrativa em todas as esferas, cujo poder era legitimada pela máquina eleitoral fraudulenta sendo que aquilo que fugisse ao controle da administração ou do partido ficava a cargo da Brigada Militar (TRINDADE e NOLL, 1991).

O coronelismo é outra fonte de poder que se sobrepunha, muitas vezes, à Brigada Militar e à máquina partidária, pois estava organizada junto à estrutura governista do Estado. O prestígio dos coronéis junto ao governo era proporcional à força de que dispunham, tanto em quantidade de votos (eleitores), quanto de soldados, quando necessário.

Após a Proclamação da República o Rio Grande do Sul irá se diferenciar do restante dos Estados brasileiros pois a base ideológica da estruturação da política regional será o positivismo, materializado pela defesa da descentralização do poder, perante o governo federal, porém fortemente centralizado internamente.

O líder do Partido Republicano Riograndense, Júlio de Castilhos, positivista convicto, tentou influenciar a constituição federal em 1891, sem sucesso. Apesar da doutrina não ter sido adotada na íntegra, os políticos da época sou-

beram se apropriar de seus aspectos fundamentais para orientar sua atuação pública e manter a autoridade. O positivismo, que afirma a importância da autoridade, da disciplina, da sociedade patriarcal e da solidariedade coletiva, encontra no RS um lugar propício para se desenvolver (BAQUERO & PRA, 1995, p. 30). Castilhos foi sucedido por Borges de Medeiros, outro chefe do PRR.

A fraude aliada às constantes mudanças na legislação eleitoral permitida pela constituição federal, viabilizaram a perpetuação do PRR no poder durante toda a República Velha. O RS refletiu um dos casos típicos de autoritarismo brasileiro, embora existisse uma aparente “aspiração democrática”, que não se materializava na incorporação da sociedade nos processos de tomada de decisão.

A Revolução de 1930 representou a extensão dos tentáculos positivistas gaúchos para o país, através da ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal. Segundo Baquero & Pra (1995),

No plano econômico, os anos 30 foram marcados por uma reorientação no processo de acumulação que, gradativamente, iria centrar-se no desenvolvimento da indústria. A base produtiva gaúcha no entanto, permanecia essencialmente vinculada ao mercado interno brasileiro em atendimento às demandas do setor agro-exportador. O capital acumulado com a comercialização dos produtos agrícolas constitui-se no elemento básico de um

processo de industrialização, voltado para a transformação dos produtos provenientes das atividades agro-pecuárias (p. 37).

A partir de 1937, com o Estado Novo, o processo de centralização do poder a nível federal, e a proibição dos partidos políticos, representou o desmantelamento do esquema político vigente até então, golpeando as elites oligárquicas regionais.

No período democrático de 1946-64 o controle e supremacia do partido político é a forma de garantir a manutenção do poder o que demonstra que a democracia brasileira se estruturou baseada em relações clientelistas e não de representação (KINZO, 1988).

Segundo Baquero & Pra (1995), o golpe militar de 1964 promoveu uma ruptura na tradição eleitoral da “república populista” em quase todos os estados brasileiros. No RS o sistema bipartidário encontrou um contexto favorável de expansão, pois a polarização entre 1945-64 se expressava na disputa entre PTB e anti-PTB, possibilitou que os novos partidos (Aliança Renovadora Nacional - ARENA e Movimento Democrático Brasileiro - MDB) se adaptassem facilmente.

Para Trindade & Noll, o que caracteriza o comportamento eleitoral gaúcho até 1986 é mais a estabilidade que a mudança.

“O tipo de clivagem político-eleitoral que se estrutura no Rio Grande do Sul é provavelmente tributário também da Cultura

Política platina onde degladiam-se, desde o século passado, “federales” e “unitários” na Argentina e “blancos” e “colorados” no Uruguai” (TRINDADE & NOLL, 1991, p. 68)

A tradição bipartidária é uma característica verificável, mesmo nos dias de hoje, nas disputas eleitorais do Rio Grande do Sul, embora representando uma articulação de forças distintas daquela que emergiu da ditadura militar, materializada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, tributário do MDB, por um lado, e do Partido Democrático Social - PDS, Partido da Frente Liberal - PFL, oriundos da ARENA, de outro. Nas últimas eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu um acirramento na polarização entre o PMDB e o Partido dos Trabalhadores - PT.

A CULTURA É VARIÁVEL DEPENDENTE OU INDEPENDENTE?

A cultura política influencia decisivamente o desenvolvimento social, econômico e político. A confiança, reciprocidade e solidariedade, embasadas em normas claras e na livre e vigorosa circulação de informações definem o capital social, cuja potencialidade de obter resultados e / ou bens tangíveis é inegável embora, muitas vezes, insufi-

ciente (PUTNAM, 2000).

Aplicando esta perspectiva teórica ao caso do Rio Grande do Sul, Bandeira (2003), estabelece uma diferença regional no Estado muito semelhante ao que Putnam (2000) fez na Itália. Como uma primeira aproximação haveria uma diferença entre o Norte e o Sul. Para o autor, no Norte as zonas coloniais de imigração estão dotadas de mais capital social do que as da região Sul, o que precisa ser ponderado pois, conforme informações a seguir, o que fica candente são os baixos níveis dos indicadores de cultura política participativa para todo o estado.

Seguindo esse raciocínio os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES⁴ mais ao Norte estão melhor posicionados, no Estado, em termos de confiança generalizada. Pesquisas efetuadas na Região Sul (abarcando os COREDES Sul e Campanha) mostram que os índices de capital social são mais baixos que o restante do estado. A Tabela 1 indica que a região sul possui menos estoques de confiança interpessoal na comparação com as demais⁵.

A Tabela 1 aponta que 80,8% no COREDE Nordeste, 69,2% no COREDE Vale dos Sinos e 83,3% na Região Sul dos entrevistados disseram que “não se pode confiar nas pessoas”. Na resposta “se pode confiar nas pessoas”, aparecem respectivamente 19,2%, 30,8% e 15,1%. De uma forma geral verifica-se que aquelas duas regiões

(Nordeste e Vale dos Sinos) estão mais dotados de capital social e menos de uma cultura política subserviente. Essa inferência se baseia no construto de que a estabilidade e desenvolvimento democráticos bem como o bom desempenho dos governos são pavimentados pela confiança nos concidadãos e no sistema político.

Tabela 1 – Incidentes de deslocamento de competência

Número	COREDE Nordeste	COREDE Vale do Sinos	Região Sul
Se pode confiar <u>(Pode-se confiar na maior parte das pessoas)</u>	19,2%	30,8%	15,1%
Não se pode confiar <u>(É preciso muito cuidado ao tratar com outras pessoas)</u>	80,8%	69,2%	83,3%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Projeto de Pesquisa “Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste”, pesquisa “Capital Social, Democracia, Desempenho Institucional e Desenvolvimento Sustentável no Vale do Rio dos Sinos” do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional/CPP FEEVALE, e pesquisa “Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social” do Laboratório de Observação Social – LABORS/UFRGS (2022)

Em que: Total: 2679

Nessa mesma perspectiva, o Latino-barômetro (2010) apresenta informações bastante ilustrativas. Sobre a confiança generalizada (questão análoga à aplicada nas pesquisas destacadas acima) percebe-se baixa confiança na América Latina em geral, 20%, no entanto no Brasil a confiança é bastante inferior equivalendo a 10%. Isso demonstra que embora o Rio Grande do Sul possua índices de confiança maiores, ainda sim está congruente com a desconfiança generalizada da América Latina e, principalmente, do Brasil.

Em relação ao meio de informação sobre

política o percentual de respondentes que destacam a família no Brasil foi de 53% e na América Latina 44%. Esse dado nos remete ao conceito de familismo amoral de Banfield (1958), para quem o indivíduo estabelece relações econômicas e políticas de reciprocidade apenas com os familiares.

Sobre a relação dos cidadãos com o regime político democrático, ocorre uma diferença importante entre os brasileiros pois 54% dizem que apoiam e 49% afirmam estar satisfeitos. A diferença entre apoio difuso e específico à democracia

(EASTON, 1965) revela que os brasileiros preferem a democracia a outro regime, mesmo que por pequena margem, embora estejam majoritariamente insatisfeitos por não terem suas demandas realizadas.

Existe acordo entre os analistas políticos de que para uma democracia se consolidar é necessário a possibilidade de organização de partidos políticos e o funcionamento regular dos parlamentos. Os dados sobre o Brasil sugerem que acendamos a luz amarela, pois em relação à negação da possibilidade de haver democracia sem congresso 43% dos brasileiros concordaram contra 59% dos latino-americanos. Em relação à afirmação da possibilidade de haver democracia sem partidos políticos 44% dos brasileiros concordaram contra 59 dos latino-americanos. Indiscutivelmente os dados do Latinobarômetro demonstram o descrédito das instituições próprias do regime democrático é maior no Brasil do que no conjunto dos países latinoamericanos. Essa constatação é bastante preocupante pois essas instituições são importantes para a estabilidade política, ou seja, tomar decisões exequíveis e, de outro lado, sua outra principal vocação é intermediar interesses e produzir políticas públicas.

As informações disponibilizadas nos possibilitam inferir que a limitação da capacidade de intermediar interesses e produzir políticas públicas progressivas é das principais motivações para as

limitações da democracia na América Latina, no Brasil e no Rio Grande do Sul. De outra parte, essa incapacidade ocorre em razão de um Estado elitizado articulado a uma cultura política subserviente, constituída historicamente pela ação daquele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço teórico até aqui nos possibilita inferir que a ocupação territorial, organização econômica e a constituição social, tanto quanto a institucionalização do Estado e do sistema político brasileiro e particularmente gaúcho estão fortemente associados a uma cultura política paroquial ou subserviente e não participativa da cidadania. Não obstante, as informações não nos permitem estabelecer uma relação de causalidade entre variáveis, é inegável a congruência entre a forma como se deu a relação entre o Estado e a sociedade nos cinco séculos que se seguiram a chegada dos europeus, e a cultura política subserviente e não participativa. Murilo de Carvalho (2003) afirma que os brasileiros estão sempre esperando alguém que resolva seus problemas, 'um salvador da pátria', sem participar na construção da cidadania, tanto quanto na do próprio Estado. Isso impõe que nossa cidadania tenha sido inconclusa, concedida ou doada.

A estruturação do sistema político republi-

cano se estabelece de forma a manter o *status quo* alijando grande parte da sociedade da participação política. De outro lado poderíamos perguntar como se estabeleceu esse estado de coisas em Portugal e qual relação com a cultura política, seria este produto daquele ou o contrário?

No caso brasileiro pode-se inferir que a cultura política é produto da ação do Estado ou, para ser mais rigoroso, de um tipo de ação de um determinado tipo de Estado. Aliás, se quisermos ser mais provocativos é o Estado que cria a sociedade brasileira.

Uma das principais críticas que recebem Almond & Verba e Putnam é em relação ao se diagnóstico, pouco otimista, que a cultura política foi forjada num passado longínquo, e sua influência contemporânea é explicada a partir da *path dependent*. Aqui no Brasil podemos oferecer um construto pessimista por um lado, pois afirma que a cultura política foi constituída pelo Estado colonizador, imperial e, depois, republicano. Porém, por outro lado, esse construto nos alenta por possibilitar pensar na adequação e eficiência de política públicas intencionadas em criar cultura política participativa.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (1963). **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press.

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (1989). **The Civic Culture Revisited**. London: Sage.

ALONSO, José A. F. & BANDEIRA, Pedro S. (1990). Crescimento Inter-Regional no Rio Grande do Sul, nos Anos 80. In: FEE. **A Economia Gaúcha nos Anos 80**. Porto Alegre. Tomo I, p. 67 – 130.

BANDEIRA, Pedro Silveira (2003). **Algumas Hipóteses sobre as Causas das Diferenças Regionais quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul**. (In) Correa, Silvio Marcus de Souza. *Capital Social e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Ed Edunisc, p.15/59.

BANFIELD, Edward C. (1958), **The moral basis of a backward society**. Nova York, The Free Press.

BAQUERO, Marcelo (2003). Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 83 – 108, nov.

BAQUERO, Marcelo (2006). A qualidade da democracia no Cone Sul: desenvolvimento sustentável e capital social em Montevideú, Santiago do Chile e Porto Alegre. In: **Redes**. Vol. 11 n.2 , p. 11 - 28, maio/ago.

BAQUERO, Marcelo & PRÁ, Jussara Reis (1995). Matriz histórico-estrutural da cultura política do Rio Grande do Sul e padrões de participação política. **Cadernos de Ciência Política**. Série pré-edições, nº 3, UFRGS.

BOURDIEU, Pierre (1980). Le Capital Social: Notes Provisoires. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Nº 31, jan. 1980, p. 2 - 3.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: FIDENE, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique (1962). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo (2003). **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

COLEMAN, James S. (1990). **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

DAMATTA, Roberto (1993). Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso. **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 83, n. 3, p. 51 – 62, abril.

DURSTON, John (2001). Capital social. Parte del problema, parte de la solución. Su papel em la persistência y la superación de la pobreza em la América Latina y el Caribe. **Documento de Referencia**. Santiago Del Chile: CEPAL.

EVANS, Peter (1996). Government Action, Social Capital and Development: Reivewing the Evidence on Synergy. **World Development**, vol. 24, nº 2, p 1 – 36.

FAORO, Raymundo (1997). **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 11^a ed. São Paulo: Globo. 2 v.

FEE – Fundação de Economia e Estatística, RS. 2002. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php. Acesso em: 20 set. 2005.

FUKUYAMA, F. (1996). **Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: ed Rocco.

FUKS, Mario, PERISSINOTTO, Renato & RIBEIRO, Ednaldo (2003). Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 21 p. 125 – 145, Nov.

GEHLEN, Ivaldo e MELO, José Luiz Bica de (1997). A dinâmica da Agricultura no Sul do Brasil: realidade e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**, 11 (2). p. 99 – 108.

GOULART, Jorge Salis (1978). **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro.

GRZYBOWSKI, Cândido (1979). **Formação da Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul**. Paris: Universidade de Paris (Tese de Doutorado).

GUIMARÃES, Alberto Passos (1982). **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1995). **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

LATINOBARÔMETRO, Corporación (2010). **Centroamérica y sus democracias: Latinobarómetro 1995 – 2010**. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>. Acesso em: 5 ago. 2011.

LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30**. São Paulo: Perspectiva.

MANTEGA, Guido (1990). **A Economia política Brasileira**. Petrópolis: Vozes.

MONASTERIO, Leandro Monteiro (2003). **Medindo o Capital Social: Uma análise das Regiões do Rio Grande do Sul**. (In) Correa, Silvio Marcus de Souza. Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Ed Edunisc, p. 61/84.

PASE, Hemerson Luiz (2001). **Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto**. Porto Alegre: UFRGS / PGDR (Dissertação de mestrado).

PASE, Hemerson Luiz (2004). **Projeto de pesquisa: Capital Social e Desenvolvimento Regional: A importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste**. Sananduva: UERGS / FAPERGS. (mimeo).

PASE, Hemerson Luiz (2006). **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS / PPGCP (Tese de doutorado).

PUTNAM, Robert D. (2000). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PESAVENTO, Sandra J. (1980). **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

PRADO JUNIOR, Caio (1994). **História econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense.

PUTNAM, Robert D. (2000). **Bowling Alone**. The Collapse and Revival of American Community. United States. Edited by Theda Skocpol and Morris P. Fiorina.

PUTNAM, Robert e GOSS, Kristin (2002). Introduction. In: PUTNAM, Robert. **Democracies in flux. The evolution of social capital in contemporary societies**. New York. Oxford University Press, p. 3 – 21.

QUEIROZ, Maria I. P. (1975) O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3. Vol. 1. Cap. III. São Paulo: Difel. P. 155 – 190.

REIS, Bruno P. W. (2003). Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 35 – 49, nov.

RIEDL, Mário & VOGT, Olgário P. (2003). **Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social**. In: CORREA, Silvio M. S. Capital social e desenvolvimento regional: Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado (2011). **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>. Acesso em: 5 ago. 2011.

SEN, Amartya (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras.

SINGER, PAUL (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional.

SOARES, Maria Susana Arrosa (1993). (Re) Pensando a Modernidade Latino-americana. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, V. 5, nº 5, p. 24 – 31.

TRINDADE, HÉLGIO & NOLL, Maria Izabel (1991). **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

URICOECHEA, Fernando (1978). **O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Difel.

WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E. (1994). **Introduction to community empowerment, participation, education, and health**. Health Education Quarterly: Special Issue.

NOTAS

¹Não somente para as instituições democráticas, mas também econômicas. Fukuyama (1996), demonstrou que a existência de capital social numa dada sociedade é fator explicativo do tamanho da estrutura industrial ali existente, bem como, do desempenho econômico conseqüentemente.

²Ver Cardoso, 1962 e Singer, 1977.

³Ver Goulart, 1978.

⁴Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí, em 2003 com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006 foram criados as regiões Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. Em 10 de janeiro de 2008, através do Decreto 45.436, são criadas as regiões do Vale do Jaguari e Celeiro e o Estado passa a contar com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Ver: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>

⁵Muito embora a formulação da pergunta (para a Região Sul) não seja idêntica, incorporamos esse dado por julgarmos que há uma semelhança que mais ajuda na compreensão do que prejudica.